

Projetos de desenvolvimento, mudanças socioambientais e povos indígenas no centro-sul do Maranhão¹

Development projects, social and environmental changes and Indigenous peoples in south central Maranhão

Proyectos de desarrollo, cambios socio-ambientales y pueblos indígenas en el centro-sur Maranhão

Projet de developpement, changement social et environnemental et peuples autochtones en centre-sud Maranhão

*Adalberto Luiz Rizzo de Oliveira**

Resumo: Nas últimas décadas ocorreu um crescimento quantitativo dos programas de desenvolvimento regional de projetos voltados às comunidades étnicas e rurais no centro-sul do Maranhão, pela ação do Estado e por organizações não governamentais, com a participação de pesquisadores, associações indígenas e outros agentes. Essas intervenções deram-se num contexto de mudanças ambientais, sociais e econômicas, com a substituição de antigas fazendas de criação e núcleos sertanejos por empreendimentos de agronegócio, gerando impactos junto aos grupos indígenas na região, pelo predomínio da lógica econômica do mercado sobre a lógica da autos-sustentabilidade desses povos. Os Apaniekrá, os Ramkokamekra-Canela (Jê-Timbira) e outros grupos indígenas na região, tiveram seus territórios envolvidos pelo avanço dessa fronteira econômica, o que levou o Estado brasileiro, por sua agência tutelar (FUNAI), a desencadear, no início da década atual, um processo de revisão demarcatória das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos. Este artigo analisa os impactos das políticas e ações do Estado e de agências privadas vinculadas ao desenvolvimento, sobre a organização social e simbólica dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela.

Palavras-chave: índios Canela; políticas e ações de desenvolvimento; mudanças socioambientais

Abstract: In recent decades, there was a quantitative growth of regional programs development and projects aimed at ethnic and rural communities in the south-central Maranhão, by State action and by non-governmental organizations, with the participation of researchers, indigenous associations and other stakeholders. Those interventions have taken place in a context of environmental, social and economic changing with the replacement of old farms and cores sertanejos for interprises tied to agribusiness generating impacts along to groups Indians in the region, the predominance of the economic logic of the market on the logic of self-sustainability of these people. The Apaniekrá and the Ramkokamekra-Canela (Ge-Timbira) and other indigenous groups in the region, had its territories involved by advancing of this economic frontier, which led the Brazilian state, through its indigenous agency (FUNAI) to trigger at the beginning of the current decade, a process of review demarcation of indigenous lands Kanela and Porquinhos. This study analyzes the impacts of the policies and actions of the State and private agencies linked to development, on the social and symbolic organization of Apaniekrá and Ramkokamekra-Canela.

Keywords: Canela Indians; policies and development actions; environmental changes

* Doutor em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Professor Adjunto II da mesma universidade. E-mail: adrizzo@terra.com.br

Introdução O presente artigo discorre sobre o processo de desenvolvimento na região centro-sul do Estado do Maranhão, nas últimas décadas, e suas consequências junto às populações indígenas e regionais. Tem como foco a situação resultante da implementação do Projeto Ferro-Carajás e do Programa Grande Carajás, respectivamente um megaprojeto de exploração mineral e um amplo programa de atividades industriais e agropecuárias voltadas, sobretudo, ao mercado externo, e seu impacto junto a dois grupos indígenas situados no centro-sul maranhense: os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela.

Tendo suas atividades iniciadas nas primeiras décadas dos anos 1980, durante o último governo do regime militar, o Projeto Ferro Carajás (PFC), enquanto empreendimento econômico, vinculou-se à demanda do mercado internacional por minerais estratégicos e foi realizado por meio de financiamentos concedidos por agências internacionais de fomento ao “desen-

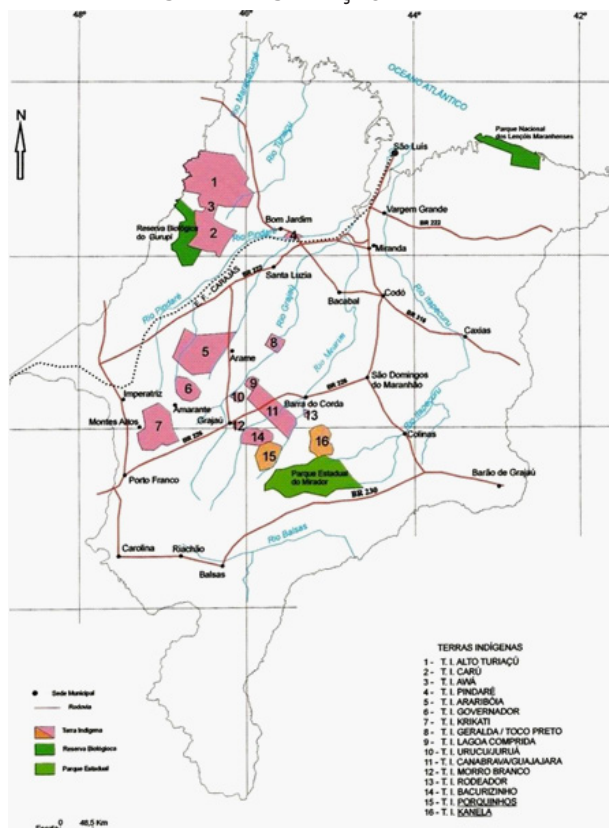
volvimento”, como Banco Mundial (BIRD), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e outros. Para implementar o PFC, o governo brasileiro designou a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), então empresa estatal de exploração mineral, a qual ficou responsável pela implantação da infraestrutura e pela exploração e comercialização das jazidas da Serra dos Carajás.

O PFC e o PGC são, portanto, produtos da agenda desenvolvimentista do Estado autoritário brasileiro o qual, já no final da década de 1970, havia encomendado ao Japan International Consulting Association (JICA) um estudo sobre as potencialidades econômicas da área circunscrita a Serra dos Carajás. Deste estudo genérico, que ignorava a presença de populações indígenas e camponesas, bem como a questão ambiental, resultou o planejamento estratégico de exploração das jazidas de Carajás, que gerou o PFC e as atividades complementares que compuseram o PGC.

Obra de infraestrutura fundamental à operacionalização do PFC – à exploração, beneficiamento e exportação do minério de ferro e de outros minerais encontrados na Serra dos Carajás – a Estrada de Ferro Carajás (EFC) foi construída, com cerca de 890 quilômetros de extensão, comunicando as jazidas de Carajás ao Porto do Itaqui, na Ilha de São Luís do Maranhão². Utilizando-se da mesma infraestrutura foi implementado, no mesmo período, o Programa Grande Carajás (PGC) envolvendo atividades agropecuárias e florestais, de mineração e industriais, de infraestrutura e serviços, ao longo do chamado “Corredor Carajás”, e em outras áreas da “região-programa”³.

Devassando territórios indígenas e outros territórios não incorporados formalmente ao mercado de terras, a EFC e seu “corredor de exportação” atingiram, também, populações rurais e urbanas da Amazônia Oriental, especialmente do sudoeste e, mais tarde, do leste e sul do Estado do Maranhão. Nessa região, grupos indígenas e camponeses sem-terra encontravam-se, desde a década anterior, envolvidos em conflitos agrários decorrentes da ocupação violenta da terra por grupos empresariais e “grileiros” a estes associados.

MAPA 01
ESTADO DO MARANHÃO – TERRAS INDÍGENAS E
ÁREAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL



Sobre este quadro preexistente de conflitos, uma nova dinâmica se delineou a partir da implantação do PFC e do PGC desencadeando novos processos, envolvendo grupos indígenas, camponeses, agentes tutelares e do desenvolvimento, o que levou ao acirramento e deslocamento desses conflitos para os territórios indígenas situados na faixa de impacto da Ferrovia Carajás. Os desmatamentos realizados para abertura do leito da EFC possibilitaram o acesso de camponeses às Terras Indígenas Mãe Maria, dos Gavião-Parkateyê, e Carú, dos Tenetehara, bem como a outras áreas ainda não demarcadas na Amazônia maranhense, como a que localizava o território dos Awá-Guajá.

O convênio CVRD-FUNAI e os povos indígenas no Maranhão

A partir das denúncias veiculadas na imprensa nacional e internacional por pesquisadores e organizações não governamentais, sobre o "silêncio" do governo brasileiro e das agências de desenvolvimento em relação à presença de grupos indígenas e camponeses na região onde se implantavam o PFC e o PGC, o BIRD e outras agências financiadoras condicionaram a concessão de novos recursos à continuidade dos mesmos à elaboração, pelo Governo brasileiro, de um programa para garantir condições dignas de sobrevivência aos povos indígenas impactados por esses empreendimentos.

Nesse sentido, foi firmado um convênio entre a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), então empresa estatal, responsável pela implantação e exploração do PFC e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), agência tutelar do Estado brasileiro, com o objetivo de desenvolver projetos e atividades voltados para a garantia dos direitos e satisfação das necessidades dos grupos indígenas abrangidos pelo PFC e pelo PGC. Em janeiro de 1982 foi celebrado o "Convênio CVRD-FUNAI", através do qual seriam investidos cer-

ca de 13,6 milhões de dólares junto às populações indígenas situadas em áreas consideradas de impacto ao PFC e PGC. Esses recursos seriam aplicados durante um período de 5 (cinco) anos (1982-1986), e foram justificados nos seguintes termos:

Em um empreendimento de tal envergadura, a FUNAI tem que se fazer presente, pois que afetando as comunidades indígenas em todos os seus aspectos, do cultural ao social e econômico terá que oferecer maior aporte de assistência em Saúde e Saneamento, Serviço Social, Educação, Promoção Comunitária, Habitação e Urbanismo, Comunicação, Transporte, Agropecuária, Energia e Administração delineadas no presente projeto.⁴

Inicialmente, os recursos do "Convênio CVRD-FUNAI" foram aplicados junto a grupos vinculados a 13 Terras Indígenas (TIs) localizadas nos Estados do Pará, Maranhão e norte de Goiás (atual Estado do Tocantins), dentro do que foi considerado como "área de impacto direto", abrangendo apenas os grupos situados ao longo do "Corredor Carajás". A partir de 1985, os grupos localizados nas áreas de "impacto indireto" – fora do "corredor Carajás" – tornaram-se também objeto desse Convênio. Nesse momento foram incluídos como "beneficiários" do mesmo, os Tenetehara situados nas TIs junto aos rios Grajaú e Alto Mearim, bem como os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela localizados ao sul do município de Barra do Corda⁵.

Elaborado às pressas, em decorrência dos "obstáculos" gerados pela implantação do PFC e do PGC, o Projeto "Apoio às Comunidades Indígenas", tanto quanto seus predecessores, foi concebido de modo autoritário, sem a participação das populações indígenas atingidas e tampouco da comunidade acadêmica brasileira, a qual vinha há décadas realizando pesquisas e desenvolvendo conhecimentos sobre estes grupos e a situação histórica em que se encontravam.

Entretanto, diante das pressões vindas da sociedade civil brasileira e da comunidade internacional, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) implementadora deste programa e projeto desenvolvimentistas formalizou acordo junto à Associação Brasileira de Antropologia, a qual indicou antropólogos na condição de assessores especiais ao Convênio CVRD-FUNAI, para o acompanhamento da aplicação dos recursos do Convênio CVRD-FUNAI junto aos grupos indígenas impactados pelo PFC e pelo PGC.

Defendendo a ideia de que esses povos deveriam ser ouvidos em suas reivindicações e que participassem efetivamente nas decisões sobre a aplicação desses recursos, esses novos atores propunham a execução de uma programação diferenciada a cada grupo indígena específico. Reivindicavam, ainda, o acesso à situação das terras indígenas em relação aos investimentos realizados com os recursos do Convênio (CEDI, 1986, p. 78).

Uma situação conflituosa entre pesquisadores, agentes da FUNAI e da própria CVRD se estabeleceu, como resultado dos diferentes interesses e visões sobre a questão indígena na área de abrangência do PFC e do PGC e, ainda, sobre o destino dos recursos gerados pelo Convênio CVRD-FUNAI. As lideranças indígenas gradativamente passaram a exercer forte pressão sobre a representação da agência tutelar no Maranhão, na busca de se apropriar diretamente desses recursos, ou de direcionar sua aplicação.

De outro lado, a assessoria da CVRD questionava o fato de que o diagnóstico e as recomendações apresentadas pelos antropólogos em relação a cada grupo e área indígenas eram sobrepostos pelo programa de aplicação de recursos elaborada pela FUNAI, de acordo com o "Projeto de Apoio às Comunidades Indígenas". Para os pesquisadores, esse projeto "possuía graves defeitos de concepção": entendia por atendimento às populações

indígenas a manutenção e a implementação da infraestrutura da FUNAI, o que resultava na alocação da maior parte dos recursos no item "administração", ou seja, na manutenção da máquina administrativa da agência tutelar na região, contrariando os termos do próprio Convênio.

De acordo com esses atores, o referido projeto não considerava as necessidades de cada grupo indígena, nem suas especificidades culturais. Apontavam, ainda, "... a inoperância e a inadequação dos modelos de 'projetos de apoio' concebidos pela FUNAI, atestadas pela manutenção e reforço da mesma estrutura arcaica, pelas contratações desnecessárias de pessoal não qualificado, bem como pela farta aquisição de veículos e construções com recursos oriundos do Convênio". Afirmavam, ainda, que essa política de aplicação "tem servido para sustentar a máquina falida que é hoje a FUNAI (1986), muito mais do que prestar uma real assistência às comunidades indígenas".

Finalmente, os pesquisadores defendiam que a demarcação das terras indígenas e a efetiva proteção da saúde desses povos deveriam ser priorizadas na aplicação desses recursos, ao invés destes servirem apenas à manutenção da estrutura do órgão indigenista. A experiência dos anos de vigência do Convênio CVRD-FUNAI, a despeito do grande volume de recursos investidos não teria promovido o fortalecimento dos povos indígenas, nem aumentado sua capacidade de enfrentamento em relação às mudanças decorrentes do PFC e do PGC (CEDI, 1986, p. 78).

Os confrontos entre os diferentes grupos de interesse institucionais – pesquisadores, indigenistas, lideranças indígenas, gerenciadores de recursos - especialmente vinculados às agências implementadoras do Convênio CVRD-FUNAI, acabaram por redefinir o 'ciclo político' do PFC e PGC atribuindo-lhes uma dinâmica própria. As crises decorrentes dessa dinâmica levariam à redefinição do "Projeto de Apoio"

em função das posições assumidas por diferentes agentes em dado momento.

Desenvolvimento regional, terras indígenas e conflitos intersocietários no centro-sul do Maranhão

*A Expansão da Soja pelo Cerrado
Maranhense*

A partir de meados dos anos 1980, acentuaram-se as transformações econômicas no interior da "região-programa", sobretudo pelas atividades vinculadas ao Programa Grande Carajás. Na região centro-sul do Estado do Maranhão essas mudanças caracterizaram uma nova frente expansionista vinculada ao agronegócio, realizada através de grandes projetos de agricultura mecanizada voltados principalmente à produção de soja, direcionados, em grande parte, ao mercado externo.

Essa nova frente desenvolvimentista foi dinamizada pela implantação da Ferrovia Norte-Sul, um eixo ferroviário conectado à EFC, que permitiu o aproveitamento do "corredor Carajás" como via de escoamento da produção agroextrativista e industrial gerada nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste intensificando a incorporação das terras de cerrado do sul maranhense, tradicionalmente formadas por fazendas de criação extensiva, pela expansão econômica do agronegócio, especialmente da soja.

Esse processo foi iniciado em meados dos anos 1970, quando agricultores gaúchos seguidos de catarinenses, paranaenses e, mais recentemente, paulistas, mineiros e do centro-oeste passaram a comprar terras na região a preços irrisórios: 30 hectares (ha) de terras no Rio Grande do Sul equivaliam a 3 (três) mil ha em Balsas. Localizada no trecho inicial da Rodovia Transamazônica (BR-230), que comunicou essas terras com o centro-oeste e sudeste do Brasil, através da Rodovia Belém-Brasília, e ao Nordeste, através da malha rodo-

viária implantada nessa década, a região de Balsas ofereceu mais atrativo aos investidores, a partir da implantação do PFC, e especialmente do chamado "corredor de exportação", consolidado mais tarde, com a construção da Ferrovia Norte-Sul e sua conexão com a Ferrovia Carajás (EFC).

As terras do cerrado maranhense, até então consideradas inaproveitáveis para a lavoura, e mesmo para a pecuária semiextensiva, tornaram-se objeto de interesse de investidores, a partir de novos processos de correção química do solo desenvolvidos pela EMBRAPA, o que tornou essas terras altamente produtivas. Assim, em duas décadas, a produção do cerrado de Balsas transformou o Maranhão no segundo maior produtor de grãos do Nordeste, e o quarto maior produtor de arroz do Brasil.

Com 85 % da soja produzida na região sendo transportada pela CVRD, através do eixo Ferrovia Norte-Sul – Ferrovia Carajás, e exportada para mercados da Europa e Ásia através do Porto do Itaqui (São Luís), a região de Balsas experimentou, em nove anos, um aumento na área plantada de 2215%, e ainda considera-se haver entre 800 e 1 (um) milhão de hectares potencialmente aproveitáveis à agricultura, mais especificamente ao agronegócio.

Um exemplo dos grandes empreendimentos estabelecidos na região é a empresa paranaense Agrosserra, que detém um domínio de 106 mil ha de terras de cerrado, na qual plantou no ano 2000, aproximadamente 13 mil ha de soja colhendo 30 mil toneladas, além 12 mil hectares de cana-de-açúcar. Dados de 2001 apontam um crescimento da área plantada no sul do Maranhão, em 218 mil ha, no sul do Piauí (60 mil ha) e no Tocantins (50 mil ha), o que reflete um aumento da produção, de 26 mil toneladas (1991-92) para mais de 700 mil toneladas no período 2000-2001. Esses números abriram perspectiva a uma máquina esmagadora de soja na região, que se encontra em processo de implantação.

O estabelecimento de grandes empresas compradoras como a Cargill (Mon-santo), a Ceval (Bünge) e outras na região de Balsas contribuiu para o surgimento de megaempreendimentos, como a Agrosserra e induziu ao grande crescimento da produção local. Essas multinacionais passaram a determinar o preço de compra da soja a partir das oscilações da Bolsa de Chicago, subvalorizando a produção local e monopolizaram o mercado regional, através de financiamentos aos produtores e da compra antecipada da produção – a “soja verde” – mantendo-os atrelados e determinando o preço de comercialização. Essas empresas, por sua vez, atribuem à CVRD os baixos preços pagos aos produtores, em função dos constantes reajustes nas tarifas de transporte da soja, pela EFC, segundo a variação do dólar⁶.

Estes problemas não têm, entretanto, impedido o crescimento constante e acentuado das lavouras de soja e de outras espécies do agronegócio, como a cana-de-açúcar, o algodão e outros, na região de Balsas, nem sua expansão para um raio cada vez mais amplo, o que, em certa perspectiva, é atribuído ao “dinamismo dos produtores”, também deve ser associado à dinâmica agrária em uma região mais ampla, que envolve não apenas o sul, mas também o centro e leste maranhense, além dos citados norte do Tocantins e sul do Piauí.

Desde os anos de 1990, tem ocorrido um avanço das lavouras mecanizadas pelas terras de cerrado situadas no entorno de áreas de conservação ambiental e de terras indígenas no centro-sul maranhense, incorporando ao agronegócio um grande contingente de “terras devolutas” da União e do Estado do Maranhão, as quais, em sua maioria, constituem ocupações históricas de comunidades sertanejas desprovidas de títulos de propriedade. Essa incorporação tem se dado, em grande parte, através da “aquisição” de pequenas posses familiares sobre as quais muitas vezes ocorre a “grilagem” de áreas muito maiores constituindo, as-

sim, novos latifúndios empresariais, que rapidamente transformam-se em extensos campos de cultivo de soja.

Esse processo tem ocorrido de maneira crescente nos últimos dez anos, em toda região sul do Maranhão, e desloca-se, agora, por municípios da região central do Estado, até então fora dos limites da expansão das grandes lavouras de soja. Já em 1994 e 1995 denúncias de “grilagem” e ocupação violenta das terras de cerrado ao sul do município de Barra do Corda, por um “projeto de soja” implementado por uma grande empresa do sul do País teria gerado conflitos entre antigos moradores e agentes dessa expansão fraudulenta⁷. Em muitos casos, esse processo é “apressado” através de ameaças e do uso da força como recurso para a desocupação da terra.

Recentemente, essa “frente expansionista da soja” estendeu-se por vários municípios do centro-sul maranhense, como Grajaú, Fortaleza dos Nogueira e outros, tendo chegado até Barra do Corda, onde alguns “projetos experimentais” têm sido desenvolvidos ao longo da BR-226, e mesmo na região de sertão, ao sul desse município. A articulação entre empresários vinculados à soja e outras modalidades do agronegócio com carvoarias nessa região gerou uma relação de mutualidade, onde “na base da troca” são realizados desmatamentos nas terras recém-adquiridas, imediatamente aproveitadas na produção de carvão destinada às indústrias de ferro-gusa associadas ao PFC e ao PGC. Em 2005, este pesquisador teve a oportunidade de verificar in loco, um grande empreendimento de soja que se estabeleceu ao sul do município de Fernando Falcão, em terras situadas no entorno da Terra Indígena Porquinhos, habitada pelos Apaniekrá-Canela.

Esses novos latifúndios empresariais têm transformado radicalmente a paisagem e a vida social e econômica do sertão no centro-sul maranhense, com acentuados impactos às populações indígenas e regionais. Através de técnicas eficientes

de desmatamento, com o uso de tratores e "correntões", a vegetação milenar do cerrado é rapidamente derrubada dando lugar aos agrotóxicos e corretivos químicos do solo, voltados à adequação do terreno para a produção de soja e outras culturas. Em poucas semanas, áreas enormes do cerrado exploradas historicamente de maneira sustentável por grupos indígenas e populações sertanejas dão lugar ao "vermelhão" da terra desnudada. Riachos e outras referências geográficas são aterrados e/ou poluídos pelos agrotóxicos dando lugar a uma grande planície, sobre a qual são depositadas toneladas de fertilizantes e outros corretivos para o preparo das futuras "lavouras".

Além dos impactos ambientais causados pela transformação repentina e radical do cerrado onde coabitavam índios e sertanejos, pela perda da cobertura vegetal e a alteração nas condições de uso desses territórios, um conjunto de mudanças econômicas e sociais se estabelece a "toque de caixa", com a presença cada vez mais constante de funcionários dessas empresas, de grandes carretas transportando insumos e a produção, além da expulsão de grande contingente de sertanejos para as periferias das sedes municipais, sem as condições de dignidade que anteriormente desfrutavam.

O Estado, tanto na esfera federal, como estadual e municipal tem se mostrado incapaz, quando não conivente com esse processo de ocupação predatória do cerrado do centro-sul maranhense. As denúncias encaminhadas aos órgãos vinculados à preservação ambiental, como o IBAMA e a Secretaria de Meio Ambiente, mesmo quando apuradas, não têm sido coibidas, nem tampouco punidos os responsáveis, o que faz dessas áreas "terra de ninguém", onde os agentes dessa expansão predatória, especialmente sua vertente vinculada à 'grilagem' de terras e ao banditismo atuam com total impunidade ameaçando moradores, destruindo

vastas extensões do cerrado e atentando contra os representantes locais.

Revisões Demarcatórias e Conflitos no Sertão Cordino

Tendo em vista essa rápida expansão das fronteiras do agronegócio pelo centro-sul maranhense, bem como as consequentes transformações econômicas e sociais e os impactos que se fazem sentir nas populações indígenas da região, especialmente aquelas localizadas em áreas de cerrado, a agência tutelar oficial desencadeou um processo de revisão demarcatória das Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, localizadas no atual município de Fernando Falcão.

A revisão demarcatória teria por objetivo uma possível ampliação física dessas unidades territoriais tendo em vista o crescimento demográfico dessas populações, as limitações ambientais desses territórios e a necessidade de enfrentamento dos impactos decorrentes do avanço dessa frente econômica impulsionada, desde os anos 1980 pelo PFC e pelo PGC, através da expansão do agronegócio e de outras mudanças em curso na economia e na sociedade regionais.

Esse processo deve ser considerado em relação à dinâmica das relações intersocietárias no centro-oeste maranhense como um todo, e no 'sertão cordino'⁸ em especial, a partir de uma perspectiva histórica e processual. Em termos gerais, as relações intersocietárias entre os Apaniekrá e os Ramkokamekra-Canela, o Estado e a sociedade regional têm se caracterizado por diferentes formas de ocupação do espaço ambiental, reflexo de ordens sociais e econômicas contraditórias resultando em elaborações específicas sobre as respectivas territorialidades, entre esses povos indígenas e os segmentos regionais.

Até meados do século XX, essa contradição se pautava fundamentalmente nos diferentes modos de uso do território entre índios e criadores do 'sertão cordino', decorrente da dominação colonial sobre os

Timbira, na qual os Ramkokamekra e Apaniekrá foram comprimidos em pequenas porções de seu território tradicional que, nos tempos iniciais do contato, eram limitados a nordeste pelo alto curso dos rios Alpercatas e Itapecuru, ao sul e sudeste pela Serra das Alpercatas e a sudoeste e noroeste pelo alto Mearim e pelo Rio Corda.

Esse território foi ocupado, a partir de meados do século XIX, por vaqueiros e criadores vinculados à frente de expansão pastoril tradicional, vinda do Nordeste em direção à Amazônia. Após um período de guerras intestinas com as bandeiras e tropas de linha vindas de Caxias e Pastos Bons, os Capiiekran, principal grupo formador dos atuais Ramkokamekra, selaram a "paz" e uma "aliança" com os conquistadores, o que lhes garantiu certa tranquilidade em relação a novos conflitos. Utilizados como força auxiliar nas expedições de repressão e extermínio a grupos considerados hostis, especialmente no Itapecuru e alto Mearim, os Canela participaram em combates contra os Sakamekran ou "Timbiras Matteiros" e os "Gamella de Codó", os quais foram neutralizados no final do século XIX. Participaram ainda, junto às tropas oficiais, da repressão aos Guajajara, após o conflito conhecido como "massacre do Alto Alegre", ocorrido em 1901.

Os conflitos entre os Ramkokamekra e Apaniekrá e os criadores que se estabeleceram em seu antigo território, como no caso de outros grupos timbira, tornaram-se frequentes, em função da matança pelos índios, do gado dos criadores resultante do afugentamento da caça nos territórios ocupados pela pecuária extensiva, e do crescimento da população regional. A situação de fricção entre esses grupos timbira, tradicionalmente caçadores e coletores, e a sociedade regional pastoril que se estabelecia gerou conflitos, dos quais os mais conhecidos foram o "massacre da Aldeia Chinela", ocorrido em 1913, e a repressão ao "movimento messiânico Canela", em 1963 (Oliveira, 2002).

No primeiro caso, uma aldeia formada por índios Kenkatyê, um grupo associado aos Apaniekrá foi atacada e destruída a mando de um criador local, levando esse grupo à extinção étnica⁹. No outro caso, reações às crescentes pressões sobre o território e a sociedade Canela conjugadas à sua mitologia do contato levaram à eclosão de um movimento sociorreligioso, de cunho "messiânico". Liderados por uma "profetisa", os Ramkokamekra passaram a abater sistematicamente o gado dos "cristãos", que organizaram uma campanha repressiva com o objetivo de exterminar esse grupo timbira. Após longo período de exílio junto aos Guajajara, os Ramkokamekra retornaram ao seu território, em 1968, quando então, foi iniciado o processo demarcatório dessas áreas indígenas¹⁰.

As Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, situadas entre o cerrado e as matas de transição estão localizadas ao sul do atual Município de Fernando Falcão, criado em 1995, com a divisão do antigo município de Barra do Corda. A primeira localiza-se a cerca de 70 quilômetros da sede de Barra do Corda, e a cerca de 6 quilômetros da sede municipal de Fernando Falcão, implantada junto a um antigo núcleo sertanejo denominado Jenipapo dos Resplandes. Possui um perímetro de 125.212 hectares e seu processo demarcatório foi concluído em 1983.

A Terra Indígena Porquinhos, com 79.520 hectares situa-se a oeste da primeira, e a cerca de 80 quilômetros a sudoeste de Barra do Corda. Esses territórios demarcados e regularizados desde o início dos anos 1980 são formados, em sua maioria, por terrenos arenosos cobertos pelo cerrado, e em menor parte, por matas de galeria que acompanham os riachos existentes nessas áreas. A T. I. Porquinhos é cortada, ainda, pelo rio Corda em seu alto curso, e possui maiores recursos florestais do que a T.I. Kanela correspondendo, entretanto, a dois terços do seu perímetro.

O crescimento demográfico acentuado dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela nas últimas décadas, constitui um

fator a ser considerado na perspectiva de ampliação dessas unidades territoriais indígenas. Apresentando um aumento significativo em seus respectivos quadros demográficos, com a duplicação de suas populações a cada 20 anos¹¹, esses grupos étnicos, tendo em vista ainda, a restrita produtividade agrícola do solo de cerrado onde habitam, basicamente arenoso, demandam uma ampliação das áreas potencialmente agrícolas, onde possam desenvolver sua economia baseada em roças cultivadas pelas famílias extensas, e na caça e coleta, hoje bastante restritas¹².

Embora o entorno das atuais Terras Indígenas Kanela e Porquinhos seja formado, em sua maior parte, por terras devolutas da União e do Estado do Maranhão e por uma unidade de conservação ambiental – o Parque Estadual do Mirador, essas terras foram historicamente ocupadas por agentes da frente pastoril tradicional, e hoje constituem uma série de “propriedades”, em sua maior parte não tituladas, mas historicamente consolidadas. Famílias de pequenos criadores e agricultores de subsistência habitam essas terras há várias gerações, as quais exploram de forma pouco predatória.

Sobre essas “pequenas propriedades” não tituladas é que tem avançado o processo de compra e “grilagem” de terras nessa região, o qual tem levado à transformação do sertão cordino, e em especial, das terras do entorno às Terras Indígenas Kanela e Porquinhos, em grandes empreendimentos do agronegócio, especialmente voltados à produção de soja. Diante da possibilidade de vir a “perder” as terras que ocupam há várias gerações, em decorrência da possível ampliação dessas terras indígenas, famílias de ‘sertanejos’ têm vendido suas “benfeitorias” a corretores de terra que atuam no sertão cordino, os quais as ampliam através da “grilagem” de terras públicas negociando-as, posteriormente, a empresários rurais do sudeste, sul e centro-oeste do Brasil.

A proximidade de grandes vias de escoamento da produção, como a MA-006 (Grajáu-Balsas), a BR-230 (Transamazônica), que dá acesso à Ferrovia Norte-Sul, e a BR-226 (Timon-Porto Franco), que facilitam o acesso rodoviário e ferroviário ao Porto do Itaqui, em São Luís, constitui um grande estímulo a esses empreendimentos. De outro lado, políticas de incentivo ao agronegócio têm possibilitado o incremento desses projetos através de financiamentos governamentais, via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e Banco do Brasil, o que tem levado à rápida expansão dos campos de soja, de cana-de-açúcar e de outras culturas agrícolas pelo cerrado do Brasil Central como um todo, e pelo cerrado maranhense em especial.

Os impactos da expansão do agronegócio pelo centro-sul maranhense, tendo em vista a continuidade étnica dos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, ainda encontram-se em estágio inicial. A substituição de seus tradicionais vizinhos sertanejos por empreendedores da soja começa a se vislumbrar, em terras consideradas “devolutas”, as quais estariam potencialmente incluídas numa possível revisão demarcatória dessas terras indígenas. Ainda que futuramente anexadas, essas terras terão perdido a cobertura vegetal do cerrado e estarão sob a ação de fertilizantes e agrotóxicos que possivelmente terão atingido os riachos e rios que banham essas reservas, como é o caso do próprio rio Corda.

A situação atualmente vivida por outros grupos timbira do cerrado, como os Krahô e Apinayé, no norte do Estado do Tocantins, cujas terras no entorno de seus territórios já se encontram em avançada etapa de ocupação pela expansão do agronegócio é sintomática do que pode ocorrer em relação aos Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela, num período

de médio prazo. De uma relação histórica mantida com criadores extensivos engendrados pela frente pastoril tradicional, os Krahô e Apinayé se encontram, agora, cercados pelas lavouras de soja e outras, que ao longo da última década tem se estabelecido no cerrado tocantino.

As consequências dessa presença tem sido a contaminação dos cursos d'água que banham as reservas indígenas por agrotóxicos comprometendo a qualidade da água que abastece essas comunidades, em decorrência do avanço das lavouras de soja até as margens desses rios e riachos. Segundo as lideranças indígenas e agentes tutelares e de organizações não governamentais que atuam na região, as lavouras de soja estão cercado as terras indígenas e os núcleos sertanejos, os quais são atingidos, inclusive, por defensivos agrícolas lançados a partir de aviões.

A despeito das denúncias feitas pelos próprios índios e por ONGs, os órgãos federais e estaduais responsáveis pela fiscalização se omitem e atribuem a responsabilidade aos seus congêneres, enquanto crianças e adultos têm morrido em decorrência do envenenamento das terras e das águas. O Governo Federal, responsável pela defesa dos direitos indígenas e pelo respeito à legislação ambiental se mostra incapaz ou indiferente às denúncias, tendo em vista os altos lucros advindos da exportação da soja e outros produtos extraídos do cerrado.¹³

Conclusão

As transformações econômicas e sociais desencadeadas pelos grandes projetos desenvolvimentistas implementados a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980, e em especial o Projeto Ferro-Carajás e o Programa Carajás e seu amplo espectro de atividades tem gerado, ainda nesse novo milênio, consequências desastrosas aos povos indígenas e às comunidades regionais, que tradicionalmente habitam a região de cerrados da Amazônia Oriental, e em especial no centro-sul maranhense.

Um fator a ser considerado é que esses projetos e programas desenvolvimentistas têm beneficiado em grande parte, aos países do chamado Primeiro Mundo, financiadores desses empreendimentos, para onde são dirigidos os recursos minerais, industriais e agropecuários produzidos por esses megaempreendimentos. Ao eleger a Amazônia oriental, quase em sua totalidade, à condição de "região-programa", estava-se decretando a radical transformação de uma vasta região florestal e de cerrados em recursos naturais às sociedades industriais do Primeiro Mundo.

Esses megaprojetos e programas desenvolvimentistas, ao acelerar o processo de ocupação do cerrado por empreendimentos vinculados ao agro-negócio induzem à transformação ambiental e econômica de uma região de tradicional ocupação pastoril, onde vigorava uma situação de contato intersocietário relativamente estabilizada entre índios e sertanejos, com consequências devastadoras aos povos indígenas e populações regionais.

As ações voltadas ao desenvolvimento regional, desencadeadas pelos governos federal e estadual, vêm somar-se aos grandes projetos e programas desenvolvimentistas, como o PFC e o PGC, na transformação social e econômica do centro-sul maranhense. Nesse sentido, o desmembramento e a criação de novos municípios, a definição de programas voltados à implementação de obras de infraestrutura – estradas vicinais, redes de energia elétrica, telefonia e outras – especialmente naqueles municípios considerados de menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), caso de Fernando Falcão, servem como atrativo ao deslocamento populacional e à ocupação das terras "devolutas" em um ritmo mais acelerado em relação ao que até então ocorria.

A inserção dos povos indígenas em programas voltados ao desenvolvimento de pequenas comunidades rurais, como o "Comunidade Viva" e o "Programa de Combate à Pobreza Rural" (PCPR), implementados pelo Governo do Estado do Maranhão

em "parceria" com o Banco Mundial (BIRD) constitui uma outra dimensão das políticas desenvolvimentistas implementadas na Amazônia Oriental, com impactos diretos junto a esses povos. Nos últimos 5 anos, os Ramkokmekra-Canela foram "beneficiados" com recursos oriundos desses programas, através dos quais foram implementadas a eletrificação da Aldeia Escalvado e da Aldeia Velha, e adquiridos tratores e implementos agrícolas voltados à "modernização" do trabalho agrícola.

Outro "benefício" do desenvolvimento estabelecidos junto a esse povo timbira, foi a instalação de um "telefone comunitário" na Aldeia Escalvado, o que permitiu a comunicação com outras cidades do Brasil, e inclusive o acesso à rede mundial de computadores (internet), a partir da sede do posto indígena. Como recurso estratégico ao poder tutelar foi instalado, ainda, um telefone vinculado ao Projeto SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia), o qual é operado apenas por servidores da FUNAI. Através de um programa financiado por agências multilaterais, a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) realizou, ainda, a perfuração de um poço artesiano profundo na Aldeia Escalvado e implementou um sistema de distribuição de água encanada às residências Canela, as quais foram também "beneficiadas" por um sistema de fossas sépticas.

Dessa maneira, as ações e políticas vinculadas ao desenvolvimento, seja através dos grandes projetos e programas de

desenvolvimentistas gerados no período militar, ou através de programas voltados às "comunidades carentes" revelam ter em comum a obsessão pela mudança social, pela transformação dos grupos étnicos e regionais tornando-os à imagem e semelhança do Primeiro Mundo, ainda que numa imagem tosca e deformada. Como apontam diversos autores, o desenvolvimento constitui um conjunto de práticas e uma ideologia que emana do mundo ocidental para os povos do chamado "Terceiro Mundo" com objetivos precisos (Sachs, 2000).

Da perspectiva da ordem econômica mundial, o desenvolvimento visa inserir as populações e recursos naturais na dinâmica das relações capitalistas, constituindo um manancial de recursos minerais, agroextrativistas e industriais à disposição do capital mundializado. Do ponto de vista ideológico constitui um discurso que visa restabelecer a clássica dicotomia através da qual o Ocidente concebe outros povos e tradições civilizatórias, ao longo de sua história (Escobar, 1996).

Assim, os "pagãos" e "bárbaros", assim como os "selvagens" e "primitivos" do passado, dão lugar aos atuais povos "subdesenvolvidos", a cuja reparação o Ocidente atribui sua missão civilizatória. Satisfaz-se, assim, as duas demandas: a inclusão das vastas áreas e recursos naturais do "Terceiro Mundo" na dinâmica das relações capitalistas e a "salvação" de suas populações pela ideologia e práticas do desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

- CEDI. Aconteceu. *Povos Indígenas no Brasil – 1985-86*. São Paulo, 1986.
- CIMI. Situação jurídico-administrativa atual das terras indígenas no Brasil (24/09/2004). http://www.pgr.mpf.gov.br/6_camaras-terrasindigenas/ma. Acessado em 15 mar. 2005.
- COELHO, Elisabeth M. B. *Cultura e Sobrevivência dos Índios do Maranhão*. São Luís: EDFMA, Série Antropologia 2, 1987.
- CVRD-FUNAI. *Projeto Ferro-Carajás: Apoio às Comunidades Indígenas*. Rio de Janeiro: Brasília, 1982.
- ESCOBAR, Arturo. *La Invención del Tercero Mundo. Construcción y Desconstrucción del Desarrollo*. Bogotá. Editorial Norma, 1996.

- FOLHA ONLINE. Índios denunciam contaminação de rios pôr agrotóxico. <http://www.folha.uol.br/brasil>, 18/03/2005. Acesso em 19 mar. 2005.
- FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. *Agroanalysis*. Revista de Negócios da FGV /INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA. Rio de Janeiro, Vol. 21, no. 11, nov.2001.
- ISA. *Povos Indígenas no Brasil. Enciclopedia. Canela*. <http://www.socioambiental.org/pib/ept/canela>. Acesso em 15 mar. 2005.
- NIMUENDAJU, Curt. *The Estearn Timbira*. Berkeley and Los Angeles: University of Califórnia Press, 1946.
- OLIVEIRA, Adalberto L. R. de. *Ramkokamekra-Canela: Dominação e Resistência de um povo timbira no centroeste maranhense*. Dissertação de Mestrado. Campinas, IFCH-UNICAMP, 2002.
- _____. Projeto Carajás, Práticas Indigenistas e Povos Indígenas no Maranhão. In: *Revista Antropológicas*, vol. 15, no. 2, UFPE-FCH, Recife, 2005, pp. 135-169.
- _____. *Messianismo Canela: entre o Indigenismo de Estado e as Estratégias do Desenvolvimento*. Tese de Doutorado. São Luís, UFMA-PGPP, 2006.
- PINTO, Lúcio F.: *Carajás, o ataque ao coração da Amazônia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.
- SACHS, Wolfgang (Org). *Dicionário do Desenvolvimento. Guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- VIDAL, Lux. A questão Indígena. In: ALMEIDA JR. (org). *Carajás: Desafio Político, Ecologia e Desenvolvimento*. Brasília-São Paulo: CNPq-Brasiliense, 1986.

Resumen: En las últimas décadas hubo un crecimiento cuantitativo de los programas de desarrollo regionales y proyectos dirigidos a las comunidades étnicas y rurales del centro-sur de Maranhão, por la acción del Estado y organizaciones no gubernamentales, con la participación de los investigadores, asociaciones indígenas y otros agentes. Estas intervenciones han tenido lugar en un contexto de cambios ambientales, sociales y económicos, con la sustitución de las antiguas granjas y núcleos sertanejos por empresas agroindustriales, mediante la generación de impactos a los grupos indígenas de la región, con el predominio de la lógica económica del mercado sobre la lógica de la auto-sostenibilidad de estos grupos. El Apaniekrá y Ramkokamekra-Canela (Ge-Timbira) y otros grupos indígenas de la región, tuvieron sus territorios impactados por el avance de la frontera económica, llevando el Estado brasileño, a través de su organismo tutelar (FUNAI), a llevar a cabo, a principios de la década actual, un proceso de revisión del deslinde de las tierras indígenas Kanela e Porquinhos. En este trabajo se analiza el impacto de las políticas y acciones de los organismos estatales y privados involucrados en el desarrollo, sobre la organización social y simbólica de los Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela.

Palabras clave: pueblos indígenas Canela; políticas y acciones de desarrollo; cambios sociales y ambientales.

Résumé: Dans les dernières décennies, il ya eu une croissance quantitative des programmes et projets de développement régional destiné aux communautés ethniques et rurales dans le région centre-sud du Maranhão, par action de l'Etat et par les organisations non gouvernementales, avec la participation de chercheurs, d'associations autochtones et d'autres intervenants. Ces interventions ont eu lieu dans un contexte de changement environnemental, social et économique avec le remplacement de vieilles fermes et des noyaux sertanejos pour l'installation de production liés aux agro-industrie ainsi que impacts des groupes Indiens dans la région, la prédominance de la logique économique du marché sur la logique de l'autonomie de ces personnes. Le Apaniekrá et Ramkokamekra-Canela (Ge-Timbira) et autres groupes autochtones de la région, a eu ses territoires concernés par l'avancement de cette frontière économique, qui a conduit l'Etat brésilien, à travers son parapluie agence (FUNAI) pour déclencher au début de la décennie en cours, un processus d'examiner la démarcation des terres autochtones Kanela et Porquinhos. Cette étude analyse les impacts des politiques et actions de l'Etat et des organismes privés liés à développement, sur l'organisation social et symbolique des Apaniekrá et Ramkokamekra-Canela.

Mots clés: Indiens Canela; politiques et actions de développement; changements socio-environnementaux

Notas

- 1 Trabalho apresentado na 27ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 1º e 04 de agosto de 2010, Belém, Pará, Brasil. Este trabalho conta com apoio da FAPEMA, através de um Auxílio à Pesquisa (proc 01005/09).
- 2 No Mapa 01 é apresentada a Estrada e Ferro Carajás (EFC), as terras indígenas e áreas ambientais impactadas.
- 3 O "Corredor Carajás" correspondia a uma faixa de 100 quilômetros ao longo da Estrada de Ferro Carajás (EFC), onde foram programadas atividades agroindustriais e minero-metalúrgicas de apoio ao PFC. A "região-programa" abrange uma área de 900 mil quilômetros quadrados, entre os rios Xingu e Parnaíba, nos Estados do Pará, Maranhão e Tocantins, onde seriam desenvolvidos projetos agropecuários e industriais vinculados ao PGC. Cf. CEDI, 1991.
- 4 Projeto Ferro-Carajás: Apoio às Comunidades Indígenas. CVRD-FUNAI, 1982, p. 1.
- 5 Inicialmente foram abrangidos, no Estado do Maranhão, os Tenetehara das TIs. Caru, Pindaré e Araribóia; os Gavião-Pukobyê e Krikati, além dos Awá-Guajá. Posteriormente, foram incluídos os Tenetehara das TIs. Canabrava, Lagoa Comprida, Bacurizinho, Urucú-Juruá e Morro Branco, os "Timbira" da TI. Geralda-Toco Preto, os Apaniekrá e Ramkokamekra-Canela. Cf. Oliveira, 2005.
- 6 Vide Revista Agroanalysis (FGV), Vol. 21, no 11, novembro de 2001.
- 7 A Batavo, grande empresa de laticínios do Paraná pretendia implantar um grande "projeto" de soja, em plena Serra das Alpercatas, em terras habitadas há várias gerações, por famílias sertanejas.
- 8 Designo como 'sertão cordino' a região de cerrados e matas de transição situadas ao sul do antigo limite do município de Barra do Corda, hoje, em parte vinculada ao município de Fernando Falcão.
- 9 Cf. Nimeuendaju, 1946.

- 10 Cf. Oliveira, 2006.
- 11 Censos realizados pela FUNAI e pesquisadores apontam uma variação de 600 para 1262 Ramkokamekra, entre 1979 e 2000, e de 225 para 458 Apaniekrá, no mesmo período. Cf. ISA, 2001.
- 12 Dados de meados da década passada apontam as populações Ramkokamekra e Apaniekrá respectivamente, em 1698 e 670 indivíduos. Cf. CIMI, setembro de 2004.
- 13 Cf. www.folhaonline.uol.br, acesso em 18 mar.2005.